

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO E A CONSTRUÇÃO DE OUTROS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL: EXPERIÊNCIAS COLABORATIVAS EM SÃO RAIMUNDO NONATO – PIAUÍ

PARTICIPATORY INVENTORY AND THE CONSTRUCTION OF OTHER PERSPECTIVES ON CULTURAL HERITAGE: COLLABORATIVE EXPERIENCES IN SÃO RAIMUNDO NONATO - PIAUÍ

Alencar de Miranda Amaralⁱ

Luis Antônio da Silvaⁱⁱ

Mayke Lopes dos Santosⁱⁱⁱ

Rosemary Aparecida Cardoso^{iv}

ⁱ Colegiados de Graduação e Pós-Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial da Univasf e Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE. E-mail:

alencar.amaral@univasf.edu.br

ⁱⁱ Graduando em Arqueologia e Preservação Patrimonial (Univasf), bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Incentivo Acadêmico BIA luis.silva@discente.univasf.edu.br

ⁱⁱⁱ Graduando em Arqueologia e Preservação Patrimonial (Univasf). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Extensão – Pibex. mayke.lopes@discente.univasf.edu.br

^{iv} Colaboradora do Laboratório de Preservação Patrimonial da Univasf; Pós-doutoranda em arqueologia pela UFPE. rsrmrycardoso@gmail.com

Resumo O presente artigo busca refletir sobre a potencialidade dos inventários participativos como instrumentos para expandir o conceito de patrimônio e promover uma ecologia dos saberes. Para tanto apresentamos como o inventário participativo que vem sendo desenvolvido no município de São Raimundo Nonato - Pi tem auxiliado na construção de outros olhares sobre o patrimônio cultural do município, possibilitando a construção de narrativas colaborativas sobre eles. Os dados levantados indicam que a identificação de bens com “valor patrimonial” por parte de nossos colaboradores tende a se pautar em aspectos de sua trajetória familiar e afetiva, sendo esse um elemento a ser considerado na elaboração de políticas e ações de definição, valorização e proteção do patrimônio. **Palavras-Chave:** Inventário Participativo; Patrimônio; Narrativas Colaborativas; Ecologia dos Saberes; São Raimundo Nonato – Piauí.

Abstract: This article seeks to reflect on the potential of participatory inventories as instruments to expand the concept of heritage and promote an ecology of knowledge. For that, we present how the participatory inventory that has been developed in the municipality of São Raimundo Nonato - Pi has helped in the construction of other perspectives on the cultural heritage of the municipality, enabling the construction of collaborative narratives about them. The collected data indicate that the identification of goods with “heritage value” by our collaborators tends to be based on aspects of their family and affective trajectory, being this an element to be considered in the elaboration of policies and actions of definition, valorization and heritage protection. **Key words:** Participatory Inventory; Patrimony; Collaborative Narratives; Ecology of Knowledge; São Raimundo Nonato – Piauí.

Introdução

Desde 2017 estamos desenvolvendo com o apoio da Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) uma série de ações com vistas a conhecer, registrar, divulgar e valorizar o patrimônio cultural de São Raimundo Nonato, cidade mundialmente conhecida graças a grande concentração de sítios arqueológicos com registros rupestres presentes no Parque Nacional Serra da Capivara. O ponto de partida para essas ações foi justamente perceber que a maior parte das publicações e menções ao patrimônio cultural local se restringiam a inquestionável relevância do patrimônio arqueológico, sendo raras as informações sobre outros bens patrimoniais.

Assim almejávamos lançar “outros olhares” sobre o patrimônio cultural do município, possibilitando a construção de novas narrativas que não se limitassem à inegável importância do Parque Nacional Serra da Capivara. Deste modo, assumimos ser imprescindível reconhecer a potencialidade e relevância dos saberes das comunidades locais, e promover meios e ações que pudessem incentivar o registro, divulgação e valorização das diferentes manifestações do patrimônio local. Para tanto buscamos promover um inventário participativo pautando nas narrativas, saberes e materialidades compartilhadas por nossos colaboradores, entendendo que esse processo seria um catalisador de reflexões e problematizações sobre os mecanismos oficiais ou “discursos autorizados” (Almeida, 2013) sobre a formulação e valorização do patrimônio cultural.

Diversos autores denunciam (Abreu, 2007; Almeida, 2002, 2013; Amaral et al 2022; Funari, 2007; Lima, 2019; Horta et al. 1999) que apesar da legislação prever que o patrimônio cultural nacional deva ser definido e divulgado com vistas a reconhecer a “identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988), infelizmente, ainda hoje impera uma perspectiva limitada e elitista sobre este tema, especialmente nas esferas oficiais e na divulgação ao grande público. Certamente a superação desses problemas passa pela implementação de debates e ações direcionadas a democratização dos parâmetros e mecanismos de definição do que venha a ser o patrimônio cultural, ou os bens patrimoniais, de uma determinada comunidade; estimulando assim a reflexão e o pensamento crítico sobre esses conceitos: Patrimônio de quem? Patrimônio para quê?

Na Arqueologia já faz algum tempo que esses questionamentos têm sido confrontados, especialmente por pesquisadoras e pesquisadores que se dedicam à “Educação Patrimonial” ou a Arqueologia Pública (Lima, 2019). Cabe ressaltar que a Educação Patrimonial, não deve ser confundida com a mera distribuição de cartilhas ou promoção de palestras no âmbito dos projetos de licenciamento ambiental. Como discutido por Horta et al (1999) as ações de educação patrimonial devem ser catalisadoras do apreço e zelo pelo patrimônio, permitindo que os diferentes grupos sociais consigam reconhecer seus elos com a história e a cultura do seu país. Assim a autora advoga que:

A Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático centrado no patrimônio cultural, como instrumento de afirmação da cidadania. Objetiva envolver a comunidade na gestão do Patrimônio, pelo qual ela também é responsável, levando-a a apropriar-se e a usufruir dos bens e valores que o constituem (Horta et al, 1999, p. 9).

De modo semelhante, alguns adeptos da Arqueologia Pública têm se esforçado para que nossa disciplina cada vez mais assuma um caráter aplicado e interdisciplinar. Encarando o desafio de auxiliar e capacitar educadores, pedagogos, historiadores, museólogos e outros especialistas em recursos culturais na elaboração de estratégias para fruição do patrimônio arqueológico e do conhecimento gerado pelos arqueólogos (Almeida, 2002).

Assim como problematizado por Ascherson (2000), acreditamos que um dos principais méritos da Arqueologia Pública seja não apenas possibilitar que a sociedade tenha acesso ao conhecimento arqueológico, mas sobretudo torná-la co-partícipe nesta empreitada. Para tanto se fazem necessárias estratégias transversais de preservação e comunicação dos bens patrimoniais e das narrativas construídas sobre eles.

Dentre essas estratégias, a promoção de inventários participativos tem se mostrado frutífera em diferentes contextos, promovendo a construção de “conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre as pessoas, as instituições e as comunidades que detêm as referências culturais a serem inventariadas” (Iphan, 2016, p. 9). Portanto, os inventários participativos também podem ser descritos enquanto instrumentos de capacitação das comunidades, levando-as a se identificarem, e se responsabilizarem, por seu patrimônio cultural. Assim, o inventário participativo pode ser entendido como um processo de

mobilização e sensibilização da comunidade para a importância de seu patrimônio cultural, por meio de uma atividade formativa que envolve produção de conhecimento e participação. A iniciativa visa propiciar aos usuários o contato com princípios de uma pesquisa de campo, técnicas

básicas de levantamento documental, sistematização e interpretação de dados e difusão de informações (Iphan, 2016, p. 6).

Também é preciso destacar que um dos aspectos fundamentais dos inventários participativos é reconhecer as comunidades como protagonistas absolutas na identificação, descrição e definição do “que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural” (Iphan, 2016, p. 5).

Deste modo, coadunando com os pressupostos elencados acima, buscamos promover ações visando um levantamento dos bens patrimoniais do município, a partir das memórias e dos anseios da comunidade local. Nosso principal interesse foi, e continua sendo, envolver os moradores locais nos processos de identificação e valorização do “patrimônio cultural” de São Raimundo Nonato, fomentando assim o protagonismo de diferentes atores sociais no processo de produção, transmissão e divulgação do conhecimento sobre os bens patrimoniais.

Aportes conceituais

Devemos lembrar que no cenário nacional, a ampliação da ideia de patrimônio, que deixa de ser vista exclusivamente como elementos materiais e simbólicos ligados aos “grandes nomes da história” ou a uma elite intelectual e econômica, inicia-se no final da década de 1930 com anteprojeto de Mário de Andrade. Este não apenas passa a incluir como patrimônio cultural os bens intangíveis, como também sugere a catalogação de todas as manifestações culturais do povo brasileiro (a música, os usos, costumes, assim como os “saberes”, os “fazeres”) portadoras de elementos que definam e representem uma coletividade (Funari, 2007). Assim, a partir deste período temos uma dilatação da noção de patrimônio, que passa a reconhecer e englobar a produção material e imaterial de um povo como representativa de sua identidade e cultura.

Todavia, apenas no final de década de 1980, mais precisamente com a promulgação da Constituição de 1988, o aparato legal de nosso país passa de fato a promulgar a ampliação do conceito de patrimônio. Assim, no artigo 216, é dado um grande destaque ao papel dos bens culturais enquanto representantes da identidade e memória nacional. Neste mister, é definido como patrimônio cultural brasileiro:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados em individualismo ou em conjunto, portadores de referência e identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Brasil, 1988, p. 97)

Nesta breve menção a legislação nacional, observamos que apesar dos notáveis avanços conquistados, o foco principal destes aparatos legais, e por conseguinte de seus idealizadores, ainda é preservar e conservar o “patrimônio cultural”, ficando assim, em segundo plano a diversidade cultural. Deste modo, coadunamos com as análises de Cardoso (2013) que ressalta que; “É certo que manutenção da identidade cultural de um povo está ontologicamente relacionada à necessidade de preservação de seu patrimônio cultural. No entanto, medidas eficientes de preservação não são alcançadas apenas pela “força da lei” (Cardoso, 2013, p. 66).

Consonantes com esta perspectiva, diferentes pesquisadores (Almeida, 2013; Bruno, 1995; Lima, 2019; Hodder, 1999) cada vez, mais tem buscado juntamente com diversos grupos refletir sobre a memória, identidade e sobre a valorização dos inúmeros bens culturais dos “diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, pois como problematizado por Soares (2003, p. 25) “a melhor forma de conservar a memória é lembrá-la. A melhor forma de contar a história é pensá-la. A melhor forma de assegurar a identidade é mantê-la”.

Na Arqueologia reflexões deste tipo já vêm sendo propostas há alguns anos por Ian Hodder (1999). Para ele, cada vez mais é preciso que a Arqueologia, e as ciências de modo geral, abrace a diversidade metodológica e teórica; permitindo que a “interpretação” do passado esteja aberta para outros olhares e vozes, sem com isso abandonar a necessária coerência e plausibilidade entre dados, contextos e interpretações. Como discutido por Hodder (1999), cada vez mais é preciso que adotemos uma postura reflexiva, relacional, interativa e democrática, diante das demandas de diversos grupos acerca do passado e do patrimônio. Este quadro exigiria o fomento de uma Arqueologia socialmente comprometida que tem como objetivo incorporar narrativas múltiplas no discurso produzido sobre os bens patrimoniais e sobre o passado.

Em outras palavras, sob a égide desta abordagem busca-se reconhecer que os relatos a respeito do passado e do patrimônio desempenham um importante papel na formação de identidades de grupos e indivíduos; e, assim sendo essas pessoas devem ter direito de formular a sua interpretação alternativa sobre seu passado e patrimônio cultural. Para tanto, Hodder (1999) ressalta a necessidade de envolver a comunidade local na definição, preservação e divulgação do patrimônio cultural. De acordo com o autor, este é um movimento decisivo na tentativa de inserir a produção do conhecimento em estruturas mais democráticas e éticas.

Ou seja, para nos afastarmos dos perigos do “eurocentrismo e do colonialismo” devemos incorporar em nossas atividades práticas e teóricas meios que promovam uma “ecologia dos saberes” que reconheça e valorize a “pluralidade de saberes heterogêneos, a autonomia de cada um deles e a articulação sistemática, dinâmica e horizontal entre eles” (Santos, 2008, p. 157).

Como discutido por Boaventura de Sousa Santos (2008) a ciência ocidental moderna não é a detentora exclusiva dos preceitos de verdade, nem da formulação de explicações sobre a realidade. Assim, tanto em tempos pretéritos, como no mundo atual existe uma grande diversidade de conhecimentos válidos que norteiam as práticas sociais e dão sentido à vida, não sendo, portanto, adequando, ou realista, categorizarmos e hierarquizarmos esses conhecimentos tendo como parâmetros suas origens ou importância (Santos, 2008).

Deste modo, Boaventura advoga a favor da elaboração de uma ecologia dos saberes que seja formada por “um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra hegemônicas e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer” (Santos, 2008, p. 154). Ou seja, a iniciativa visa implementar reflexões e ações capazes de promover o fortalecimento e credibilização dos saberes das populações que foram historicamente invisibilizadas e excluídas, sendo, portanto, a ecologia dos saberes “um conceito que visa promover o diálogo entre vários saberes que podem ser considerados úteis para o avanço das lutas sociais pelos que nelas intervêm”. (Carneiro et, al. 2014, p. 332).

Consideramos adequado, e relevante, extrapolar a ideia da “ecologia dos saberes” para refletirmos sobre o conceito de patrimônio e os mecanismos de eleição dos ditos “bens patrimoniais”. Pois, tal como preconizado por Boaventura, acreditamos que promover e valorizar os diálogos entre os movimentos sociais e a academia seja um caminho adequado para rompermos com a “monocultura” das definições que reforçam o processo de invisibilidade e opressão de populações socioeconomicamente marginalizadas (Santos, 2008).

São essas, portanto, as premissas basilares de nossa pesquisa. Acreditamos que nossa compreensão a respeito dos bens de valor histórico, arqueológico e cultural, pode ser expandida quando nos predispomos a valorizar o que a comunidade local tem a dizer sobre eles. Assim sendo, buscamos realizar escolhas metodológicas que nos possibilitassem registrar as narrativas e materialidades compartilhadas por nossos colaboradores; como apresentaremos a seguir.

Materiais e Métodos

Na tentativa de alcançar os objetivos anteriormente expostos lançaremos mão de duas “modalidades” de levantamentos etnográficos, uma pautada nos preceitos “clássicos” da etnografia e outra centrada na “etnografia virtual”.

De modo geral, o levantamento etnográfico pode ser definido como a transcrição das culturas possibilitada pela atividade de observação; é, antes de tudo, “escrever o que vemos” (Laplandine, 2004, p. 10). Praticar a etnografia é elaborar uma descrição mais densa sobre o que um grupo de pessoas faz e pensa, e analisar o significado que determinados atos ou objetos tem para elas, considerando o contexto em que vivem (Geertz, 1989). Neste sentido, o levantamento etnográfico “consiste na aceitação incondicional da realidade tal como ela aparece” (Laplandine, 2004, p. 87-89), e deve ser regido pela abertura ao diálogo sem preconceitos e sem julgamentos (Fetterman, 1998, p. 1). A maior preocupação do pesquisador deve ser realizar a descrição mais profunda e mais completa possível dos fenômenos socioculturais que estão sendo observados (Mattos, 2011).

Para tanto, adotamos uma abordagem metodológica essencialmente vinculada a pesquisa qualitativa¹. Que engloba tanto pesquisa bibliográfica-documental² quanto a “pesquisa de

1 A origem da pesquisa qualitativa já se encontra “convincentemente documentada” e remonta aos estudos do alemão Franz Boas, considerado o primeiro antropólogo a residir nos contextos de origem de seus colaboradores, ainda que em curtos períodos de tempo; e aos pesquisadores da chamada “Escola de Chicago”, que prosseguiram e perseguiram a tradição antropológica do trabalho de campo – o que incidiu principalmente na “observação participante”. Esta ontologicamente associada a coleta e problematização de dados que não são passíveis de serem matematizados. É uma abordagem largamente utilizada no universo das ciências sociais, quando a opção é trabalhar principalmente com representações sociais, que a grosso modo podem ser entendidas como a visão de mundo. Buscar uma explicação da realidade via abordagem qualitativa corresponde compreendê-la a partir da revelação dos mapas mentais dos sujeitos da investigação. Interessa, pois, nessa abordagem apreender as percepções comuns e incomuns presentes na subjetividade das pessoas envolvidas na pesquisa, notadamente na condição de sujeitos. Prestam-se como instrumentos de coleta de dados nessa abordagem a entrevista, questionários abertos, registros fotográficos, filmagens, técnica de discussão em grupo, observação sistemática e participante e outras que o investigador poderá criar e/ou adaptar (Santos Filho, 2001).

2 Como salienta Santos (2002, p. 33) a pesquisa bibliográfica deve anteceder todos os tipos de pesquisas. Esta pesquisa é feita a partir de material escrito (livros, artigos, internet, revistas, jornais e anais...). A Pesquisa Documental é o emprego de qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluindo nesses documentos, impressos, manuscritos, atas, registros audiovisuais e sonoros, imagens, independentemente do período decorrido desde a primeira publicação.

campo”³, e que embora admita uma etapa descritiva, esta pautada no levantamento de informações através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, procurando compreender o sentido que os sujeitos atribuem a estes fenômenos (Santos Filho, 2001, p. 16).

Do ponto de vista prático, o planejamento e execução dos trabalhos se pautou nas diretrizes presentes nos manuais de aplicação do Iphan sobre inventários de referências culturais e inventários participativos (Iphan, 2000; 2016). Deste modo, desde 2017 estão sendo realizadas visitas de campo para identificação e consolidação da rede de colaboradores, e encontros posteriores para apresentação dos objetivos e procedimentos para realização do inventário.

De modo geral, o “inventário” em si vem sendo elaborado a partir de uma série de entrevistas que servem de base para o preenchimento das fichas sobre os bens patrimoniais: “As atividades de campo consistem em entrevistar pessoas e documentar, por meio de anotações, filmagens, desenhos e fotografias. Isso vai servir para preencher as fichas que fazem parte do inventário” (Iphan, 2016, p. 12).

Para o registro dos dados coletados utilizamos o modelo de fichas disponibilizado pelo Iphan (2000; 2016) e que, de modo geral, traz informações sobre a localização, estado de conservação, características, histórias, dimensões etc., dos bens patrimoniais bem como espaço para a documentação fotográfica. O preenchimento das fichas foi realizado tanto pelos membros de nossa equipe de pesquisa (nos casos em que os colaboradores não eram alfabetizados), quanto pelos próprios colaboradores. Sendo importante ressaltar que em ambos os casos todos os bens identificados e as informações registradas foram autonomamente selecionadas pelos colaboradores.

Além disso, visando ampliar o perfil e o número de colaboradores, bem como lidar com as consequências da pandemia de Covid 19 que durante algum tempo impediu a realização das atividades presenciais, também lançamos mão dos preceitos teórico-metodológicos da “etnografia virtual” que pauta-se no constante emprego das redes digitais para a postagem e coleta de informações, possibilitando a “criação de narrativas audiovisuais colaborativas em uma linguagem que sirva como material de estudo mas atinja também um público extra-acadêmico” (Fragoso et. al 2011, p. 198). Nesse sentido, ferramentas digitais (Google Formulário e e-mails) e mídias sociais (WhatsApp e Instagram) foram empregadas para formação da rede

3 Pesquisa de campo: é aquela que coleta dados primários, ou seja, aqueles obtidos diretamente na fonte, independentemente se a abordagem é qualitativa ou quantitativa (Mattos, 2011). O campo aqui tem sentido genérico, pode tanto ser o município de São Raimundo Nonato, quanto os momentos de conversa com moradores locais ou a realização do inventário participativo.

de colaboradores e realização de entrevistas, servindo ainda como meios de divulgação do inventário.

Assim, buscamos adaptar as diretrizes presentes no manual de aplicação do Iphan (2016), elaborando e divulgando um material informativo sobre a proposta de realização do inventário participativo do patrimônio cultural do município, bem como disponibilizando meios para que as pessoas pudessem nos encaminhar as informações e imagens dos objetos e lugares que gostariam de inserir no inventário (Figura 1).



Patrimônio de QUEM e PARA QUÊ.

Qual o nosso objetivo? //

É entender o significado de patrimônio cultural e valorizar objetos que não estejam ligados apenas a grandes eventos históricos, mas que sejam importantes ao nível comunitário, familiar ou pessoal.

// Compartilhe com a gente :)
Você está convidado a partilhar conosco a história daquele objeto de família, antigo ou moderno, que tenha valor sentimental, contando-nos as histórias e pessoas envolvidas com ele.

Álbum de fotografias online //

No final montaremos um álbum de fotografia online, assim todos poderão apreciar e se emocionar com histórias contidas nesses objetos tão importantes para a nossa identidade comunitária

// Como participar?
Abaixo encaminhamos o LINK para um formulário que você poderá responder no seu celular ou computador

<https://forms.gle/4SxMdEtyJTBxEEQG9>

Figura 1: Material de divulgação com link para a coleta virtual de dados. Fonte: acervo dos autores

Esta modalidade de coleta de dados passou a ser implementada a partir de 2020 e, de modo prático, era constituída por um formulário eletrônico a ser preenchido pelos colaboradores contendo questões tanto sobre dados pessoais (nome, idade, endereço, e-mail e telefone) quanto perguntas sobre a história de vida dos objetos e/ou bens selecionados pelos colaboradores: quando e como foram adquiridos; os significados familiares e/ou comunitários; as atividades privadas ou públicas relacionadas a eles; suas características, modo de produção e os materiais utilizados; o estado de conservação e a necessidade de manutenção, etc. (Amaral et al 2022). Além disso, deveriam ser encaminhadas de uma a cinco fotos. Em alguns casos, informações adicionais foram solicitadas aos colaboradores, que as enviavam por mensagens de texto ou áudio pelo WhatsApp.

Resultados e Discussões

Cerca de 80 pessoas já contribuíram com o inventário participativo, compartilhando conosco objetos e lugares, histórias e vivências que exemplificam a simbiose entre as memórias individuais e coletivas (Halbwachs, 1990). Revelando ainda como o significado de “patrimônio” pode, e deve, ser ampliado quando abandonamos uma perspectiva burocrática, academicista e elitista em prol da valorização da interculturalidade e do afeto, necessárias para a construção de uma “ecologia dos saberes”.

Cabe destacar que o perfil de nossos colaboradores é diverso, incluindo jovens, adultos e idosos tanto da zona rural quanto do perímetro urbano do município. Dentre os jovens houve grande adesão das ferramentas digitais de promoção do inventário participativo; a maior parte dos colaboradores desta categoria respondeu o formulário online e compõe um contingente importante dos mais de 350 seguidores da página do Instagram criada para divulgar a pesquisa (@patrimoniosãoraimundo). Por sua vez, as entrevistas presenciais foram o meio mais empregado junto as pessoas idosas e assim como vivenciado por Bosi (1994, p. 3), tivemos a oportunidade de ouvir histórias regadas a “cafezinhos” sobre as sombras dos alpendres e árvores dos quintais destas pessoas que generosamente nos acolheram em suas casas.

Portanto, em consonância com o perfil de nossos colaboradores, observamos uma grande diversidade na “amostra” de narrativas e objetos registrados. Deste modo, como representantes do patrimônio cultural local nos foram apontados espaços de convivência social e experiências sobrenaturais, artefatos de uso cotidiano, brinquedos de infância, “reliquias” de famílias e uma

grande diversidade de coisas, todas selecionadas por nossos colaboradores quer seja por seu valor afetivo, estético, simbólico, ou por sua correlação com laços de consanguinidade e afinidade, desejos pessoais e trajetórias de vida.

Dentre esses bens patrimoniais identificados por nossos colaboradores está o “quadro de lousa” (figura 2) descrito por Daniela Pereira dos Santos (25 anos). Ela nos informou que este objeto integra a parede da casa de sua avó Dona Maria das Mercês, na comunidade do Boi Morto, no território quilombola Lagoas, na zona rural de São Raimundo Nonato – PI. O quadro foi fabricado por seu avô Edmundo, que para isso utilizou “argila e cimento, apenas moldado na parede com o cimento, modelando até adquirir a forma quadrada”.



Figura 2: “Quadro de lousa” da casa de Dona Mercês Fonte: Daniela Pereira Santos.

Daniela explica que aquele quadro foi um instrumento essencial para a alfabetização de muitas pessoas da sua família e da localidade, que aprenderam suas primeiras palavras escrevendo nele com pedaços de carvão. Portanto, nossa colaboradora ressalta a importância desse objeto tanto como um objeto familiar e afetivo, mas também enquanto um símbolo de luta e perseverança das pessoas da sua comunidade, e em especial de sua avó, pelo acesso a educação. Como

podemos ver nas palavras de Daniela, transcritas a seguir, esse objeto evoca e materializa histórias pouco conhecidas (ou seriam invisibilizadas?), do protagonismo de pessoas que atuam para dirimir as desigualdades sociais:

[Este] quadro de lousa foi usado para a alfabetização de crianças e adolescentes de várias comunidades do território quilombola Lagoas, nas décadas de 80 e 90, tendo como professora Dona Maria das Mercês (minha avó). O quadro fica na parede da sua casa, na comunidade Boi Morto. Fica a uma altura de 1 metro na parede, com largura de 80 centímetros. Se encontra na parede da casa de Dona Maria das Mercês, na comunidade onde reside, Boi Morto. Foi construído em meados dos anos 80 com intuito de alfabetizar as crianças e adolescentes das comunidades vizinhas, teve grande importância na época, já que os estudos eram bastante limitados para pessoas negras e pobres. Dona Mercês ensinou todos os seus netos a ler e escrever nesse quadro, mas hoje ele se encontra sem uso. Dona Mercês (minha avó) sempre foi uma mulher bem ativa, lutou por várias causas do seu povo e da sua comunidade, acreditava na educação por mais que naquela época ela foi restrita apenas para os mais ricos, com seu pouco conhecimento das letras e números, não só nesse quadro, como também de casa em casa, porta em porta, transmitia tudo aquilo que sabia. ... teve impacto na vida de várias pessoas da minha família e das comunidades que a ação pode alcançar. Desde que nasci aquele quadro já existia naquela parede, foi onde eu conheci as primeiras palavras, a ler e escrever. A memória social e afetiva sempre me instigou a descrevê-lo melhor. Apesar da parede onde se encontra está pouco deteriorada, ele está em bom estado de conservação... [há] o cuidado com a parede para que ele não se quebre.

Já o Sr. Isaías Joaquim de Sousa, de 64 anos de idade, selecionou o seu " rádio valvulado da década de 1970" como um importante exemplo da tecnologia e dos meios de comunicação da sua juventude (Figuras 3 e 4). Ele nos contou que "naqueles tempos" o rádio era o principal meio de informação da região, pois a circulação de jornais impressos e a presença de aparelhos de televisão era quase inexistente. Mesmo o número de rádios na cidade era baixo, já que se tratava de um aparelho caro para os padrões econômicos da maioria das famílias do período. Por isso, ouvir rádio também era uma atividade coletiva que ajudava a estreitar os laços sociais com parentes e vizinhos. Assim o senhor Isaías relata que era comum as pessoas "se reuniam na calçada de sua casa para ouvir o novenário religioso e notícias de outras cidades".



Figura 3 e 4: Sr. Isaías com seu rádio valvulado (a esquerda) e rádio servindo como objeto de decoração (a direita). Fonte: Acervo dos autores.

Atualmente o velho rádio já não funciona mais, todavia é mantido como peça de decoração na casa de nosso colaborador que nos contou que guarda com zelo aquele objeto que para ele é uma recordação que “remete aquela São Raimundo quando as coisas eram mais simples e as pessoas mais próximas.”

Mas nem todo objeto selecionado para compor o Inventário Participativo, é necessariamente antigo ou relacionado ao passado da cidade. Aspectos da realidade contemporânea também fazem com que objetos recentemente incorporados à trajetória pessoal e/ou familiar das pessoas sejam lembrados. Isso pode ser percebido no depoimento de Raelson da Conceição Rocha (25 anos), residente do bairro São José, que selecionou um cajado de madeira como o objeto que ele considera importante de ser integrado no inventário que estávamos realizando (Figuras 5 e 6).



Figura 5 e 6: Raelson com o seu cajado (a esquerda) e detalhe do local onde o cajado é guardado (a direita).
Fonte: Raelson da Conceição Rocha.

Raelson é uma pessoa religiosa, que segue os preceitos da Umbanda, e segundo ele é justamente este aspecto religioso que se sobressai no objeto por ele selecionado. Segundo Raelson aquele cajado foi “parar em suas mãos” em um momento muito conturbado e de desesperança em sua vida; era o início da pandemia de Covid e ele se encontrava desempregado e com muitos problemas. Um certo dia alguns amigos o convidaram para nadar em um riacho que fica na zona rural do município, ele foi e conta que quando estava na água sentiu que algo sempre ficava batendo intencionalmente em sua perna. Então ele mergulhou para tentar identificar o que era aquilo que ficava lhe tocando, então encontrou e emergiu com o cajado de madeira em suas mãos. Segundo Raelson aquele foi um sinal de que tudo iria melhorar, sendo o cajado um presente de um de seus guias espirituais, deste modo, ele levou o cajado para casa e o mantém como um símbolo da proteção, conforme suas palavras transcritas abaixo:

A categoria de patrimônio que eu coloco seria a de patrimônio religioso ... Um cajado, um cajado muito lindo que eu não entendi, eu olhei pra ele assim e não entendi, na hora me veio que ele era de algum guia espiritual meu, que eu tava ganhando aquele presente pra me reanimar, pra me trazer de novo o brilho, pra me fazer novamente acreditar que as coisas poderiam dar certo e eu ganhei este cajado, imediatamente eu tive a certeza de que eu deveria trazer ele pra casa, que eu deveria cuidar deste objeto né, porque ele iria ter uma importância muito grande na minha vida, assim como ele tem até hoje, porque as vezes bate uma, uma, um momento difícil na vida da gente que a

gente ta passando alguma coisa e ai eu sinto a vontade de ter contato com este objeto, eu pego o objeto e faço os meus pedidos, as vezes choro, as vezes entrego, e, o objeto lá fica guardado, e pra mim, no momento em que eu toco no objeto, que eu converso com aquela determinada força, eu sinto que ali eu to entregando os meus pesos e que eu vou conseguir andar e que tudo vai dar certo e vem dando certo...

Por sua vez a senhora Maria Rosa Dias da Silva, moradora da localidade Lagoa da Porta, localizada na zona rural de São Raimundo Nonato, nos mostrou seu acervo de cachimbos cerâmicos produzidos por ela mesma (Figuras 7 e 8). Dona Maria Rosa narra que desde a sua infância (entre 7 e 8 anos) ela já fabricava diferentes objetos cerâmicos, tendo começado a fazer cachimbos já na juventude, quando começou a fumar, hábito que mantém até hoje. Atualmente aos 90 anos, Maria Rosa tem dificuldades para enxergar, mas ainda recorda com clareza do tempo em que ela fazia diversos objetos de “barro”.

O que eu souber eu conto, se você quiser gravar você grava. Desde novinha mesmo. Desde nois pequeno, agora não faço mais nada não, que eu não enxergo não. A gente arranca o barro, amassa, amassa, aí faz panela, o pote o alguidar. (...) fazia só com as mãos, agora pra fazer esta vasilha maior tem que fazer uma, caçar uns cacos de cuia e fazer umas (ininteligível). É, aí aprendi, agora aqui eu não faço que aqui não tem barro não, mas eu fazia, nois brincando, fazia as bonecas de barro, os cavalos de barro, sela de barro, fazia as cangalhas e fazia os, fazia as gamelas e furava os buraquinhos, aí botava no fogo queimava as bonecas, os alguidarzinho, as panelas e as coisinha, tudo piquitinho mas nois fazia tudo bem feitinho que o barro ajudava mesmo. (...) A gente ajeitava o barro no seco e botava, molhava ele e ele amolecia, hoje em dia eu faço, mas agora não faço mais não que eu não enxergo. Eu faço, mas não é mais bem feito não. O que eu fazia era bem-feitinho. A gente bota aqui acende um foguinho e bota a madeira. É, a gente bota aqui e acende uns bagacinhos e num instantinho ele queima. É ... aí a gente bota ali, bota uns bagacinhos, umas casquinhas de pau fazem aquele montinho, ai bota, aí ele, ligeirinho ele queima, isto aqui, os que eu fazia era bem feitinho, isto aqui já é veio no tempo que eu nem enxergo mais. Olha, de primeiro as pessoas traziam uns potes, trazia as panelas, tudo para vender.

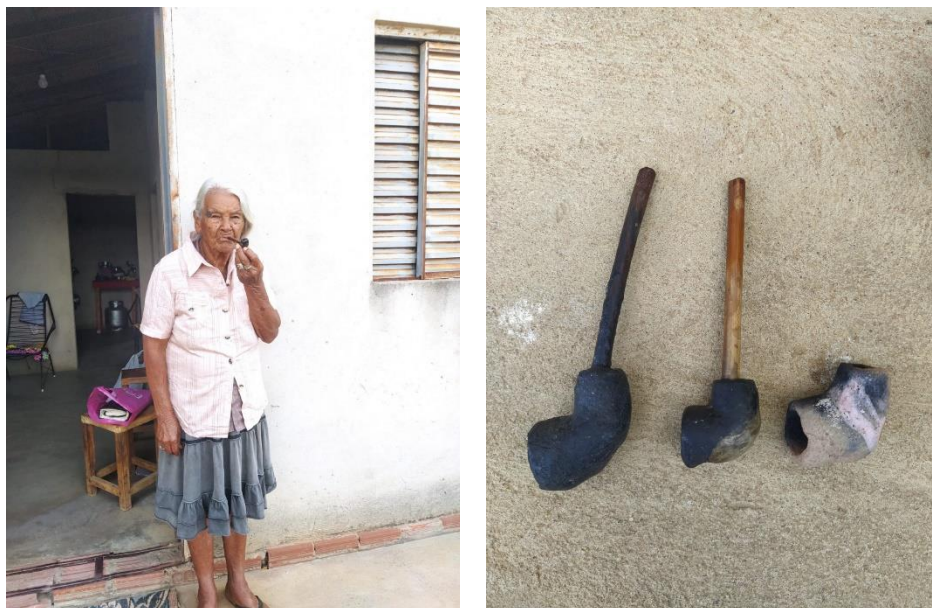


Figura 7 e 8: Dona Maria fumando seu cachimbo (a esquerda) e alguns dos cachimbos fabricados por dona Maria (a direita). Fonte: Luane da Silva Paes Landim Negreiros.

Como podemos observar no depoimento da Sra. Maria Rosa, os cachimbos que ela fábrica e indicou para comporem o nosso inventário, se associam a uma série de outros objetos cerâmicos e, de certa forma, é impossível falar dos cachimbos sem mencionar outras coisas. Neste caso os cachimbos cumprem o papel daquilo que Halbwachs (1990) chamou de “sementes da memória”, fazendo com que ela lembre também de conhecimentos associados a produção dos artefatos cerâmicos. Assim, as narrativas e vivências de nossos colaboradores indicam que muitos destes objetos transitam entre as categorias de bens “materiais e imateriais”, materializando em si os saberes e fazeres próprios da sua fabricação.

Portanto, além dos “bens materiais”, tais como os objetos apresentados nas linhas anteriores, as entrevistas para a realização do inventário também nos trouxeram informações sobre o patrimônio imaterial da cidade de São Raimundo Nonato. Cabe reconhecer que ainda hoje a definição do termo “patrimônio imaterial” ou “patrimônio intangível” é alvo de disputas e debates entre os especialistas, entretanto há certo consenso que esta categoria abrange “aos saberes ou aos conhecimentos e modos de fazer tradicionais; às festas e celebrações; às formas de expressão literárias, musicais, plásticas, cênicas ou lúdicas e aos lugares ou espaços de concentração de práticas culturais coletivas” (Iphan, 2000, p. 19). Assim sendo, aqui buscamos trazer outros exemplos de saberes e fazeres tradicionais, formas de expressão musical e lúdicas que se mesclam e se confundem com a própria trajetória de vida de nossos colaboradores.

Como exemplo dos saberes e fazeres tradicionais trazemos as informações compartilhadas por Ironaldo Gomes Lima Filho (20 anos), sobre a prática do crochê no território quilombola das Lagoas, mais especificamente no povoado de São Vitor onde sua família reside. Ironaldo⁴ nos relatou que seu envolvimento direto com a confecção do crochê é recente (Figuras 9 e 10), visto que normalmente a prática é associada ao universo feminino. Todavia, sua relação com as técnicas (correntinha, ponto baixo, ponto alto etc.) e as coisas feitas de crochê é uma constante em sua vida, visto que desde a infância observava as mulheres da sua família fazendo crochê:

Na época de 2019, eu tinha mais ou menos 18 para 17 anos, né, eu ia completar 18 no caso, Éh aí eu comecei a me interessar né, de aprender e tudo mais. E eu comecei a gostar né, eu fui, fui aprendendo, fui fazendo tapete, fui fazendo bolsa, né, E aí eu gostei né eu estou ainda tendo um pouquinho de dificuldade para expandir a minha arte porque realmente tem mais... pessoas que compram nas minhas mãos né quase sempre e o que mais me interessou na na questão do crochê foi que realmente é uma coisa de cultura né, questão de cultura e eu vi muito a aos familiares da minha madrinha, né com a, com a agulha de pau que eles mesmos faziam, né, eles mesmos faziam agulha né, e eles pegavam as camisas, cortavam para fazer tipo linhas e fazer tapete entendeu? Fazer tapete e vendia. É uma forma deles ganhar né o pão de cada dia. E eu acho. E eu sempre achei interessante, porque isso aí foi da da da. É. Desde quando eu era criança, que eu via, eu ia no interior e vi eles lá fazendo, não é? E aí eu achei muito interessante. Aí eu fui crescendo, não é? Aí eu fui me conhecendo, eu comecei a gostar, não é? Muitas pessoas assim. Tem uma questão do preconceito, não é porque é. Eu sou um homem, não é, sou do sexo masculino e as pessoas tem preconceitos, porque é. É aqui no Brasil ou qualquer parte do mundo é quem faz mais isso é mulher, (...) mas como que iniciou simplesmente com a correntinha, não é? Eles pegavam, fazia a correntinha. Não é para para. Você é uma Vara de pesca não é que eles faziam com, com coisa de de de árvore, é? Coisas naturais, entendeu? São coisas naturais que eles faziam. Eles fazem com as mãos, não é, pegavam só fazer assim, ó. (mostra o ponto com as mãos) Né? E pronto, ali virava uma alguma coisa para eles pescar algumas coisas pra eles prender, entendeu? Isso é a correntinha. Uma coisa simples está entendendo, está o que ficar mais forte não é aquela fibra. A fibra de de arvore pronto, lembrei ou não fibra de arvore, arvore, então as pessoas fazem isso e é um ponto simples de soltar, e isso é a questão do que foi usada, muito em questão de trabalho braçal. Né? Mas aí, com o tempo, foi desenvolvendo as pessoas. Foi fazendo correntinha para ponto baixo, de ponto baixo para ponto alto, não é? Ou seja, essa arte foi crescendo....”

⁴ Durante a entrevista Ironaldo nos concedeu autorização para gravar nossa conversa, bem como permitiu que fotografássemos seus instrumentos de trabalho e as peças por ele produzidas, todavia, ele solicitou que seu rosto não fosse fotografado (já que ele se sentia envergonhado), algo que obviamente respeitamos.



Figura 9 e 10: Linhas e agulhas usadas por Ironaldo para fazer crochê (a esquerda) e peça de crochê feita por Ironaldo (a direita). Fonte: Acervo dos autores.

Quanto as “formas de expressão” que integram o patrimônio imaterial de São Raimundo Nonato, nesta oportunidade, mais do que descrevê-las gostaríamos de destacar o papel transformador que a fruição destes patrimônios pode promover. Assim, ao invés de categorizarmos e historicizarmos a capoeira e o forró em São Raimundo Nonato, buscamos apresentar como a vida de duas pessoas de nossa cidade se modificaram graças a essas expressões culturais. Deste modo nosso intuito é demonstrar que apesar de “intangíveis” o poder transformador destes patrimônios se materializa na trajetória de vida de vida de nossos colaboradores: Jack Voador e Sebastiana Sanfoneira.

A história da capoeira em São Raimundo Nonato está intimamente associada a trajetória de Benedito Leite da Silva Neto Filho (43 anos), mais conhecido como o professor “Jack Voador” (Figura 11). Ele é um dos principais responsáveis pela implementação e manutenção da prática da capoeira no município (Amaral et. al 2021) e, atualmente, mantém em sua casa uma academia que atende a jovens e adultos, sendo ainda o responsável pela formação e orientação de outros instrutores de capoeira que atuam na cidade.



Figura 11: O professor de capoeira Jack Voador e seu berimbau. Fonte: Acervo dos autores.

Como contado por Jack, apesar das dificuldades, é graças a capoeira que ele consegue parte do sustento de sua família; todavia, para além do aspecto financeiro Jack ressalta que o seu principal interesse é possibilitar que a capoeira possa trazer para os seus alunos (pagantes e não pagantes) todo o bem que ela lhe proporcionou. Como ressaltado por Jack a capoeira tem o poder de salvar vidas e sua trajetória pessoal demonstra isso:

(...) Pra mim chegar até a capoeira eu tenho que contar primeiramente um pouco da minha história né, chegando até a capoeira. Como qualquer uma outra história a minha não é diferente não tá, só este principiozinho que infelizmente fez parte da minha vida que eu não queria que fizesse, mas fez... Minha mãe teve quatro filhos, dos quatro morreu três e sou filho único né, e aí quando São Raimundo Nonato teve problemas de trabalho meu pai teve a ideia de ir pra Brasília... Aí nos mudamos pra Brasília... Aí eu comecei a pegar umas amizade e, aquilo que aquela criança tinha e eu não tinha eu queria ter, era um tênis legal, um calçado legal, uma roupa legal. As roupas que eu tinha era que minha mãe trabalhava e além de dar o dinheiro da limpeza, dava roupa né, dava calçado, era aquilo ali que eu tinha né... Pouquíssima gente conhece a minha história, pouquíssima, e aí vocês vão entender o motivo de amar tanto, me apaixonar pela capoeira e transformar uma árvore nisto aqui ô (mostrando o berimbau). Eu comecei no mundo do crime... [Jack nos relata que participava de assaltos e arrastões na infância e adolescência]... aí o último que eu fiz o arrastão lá em Brasilinha, até hoje eu me lembro, na antiga

rodoviária de lá né, aí eu saí com as coisas, um monte de objeto na mão, ... e eu vi uma roda de capoeira, berimbau tocando. Isso aí me chamou atenção num sabe, a primeira vez em minha vida que eu vi uma roda de capoeira, mas nunca tinha visto nem em televisão. Encostei ali e fiquei olhando o berimbau tocando... aí no final o Zezinho, professor Zezinho, chegou até mim perguntando se eu tinha gostado. Falei que gostei muito, bonito, aí ele me falou onde era a academia... aí Zezinho, chegou até mim, rapaz, tudo aquilo que eu nunca tinha ouvido do meu pai, Zezinho falou, ele falou “olhe, o rumo que você tá indo aí só tem dois lugar, cadeia ou caixão” , aí começou sabe, uma conversa que, cara, ali me derrubou totalmente, me derrubou totalmente ali, aí eu pensei, pensei... aí comecei a treinar... não sei como ele fez, mas ele foi no chefe da gang e conseguiu me tirar sem nada me acontecer...aí eu comecei em 94 dando aula de capoeira num campo de futebol pra 5 pessoas, aí as do bairro gostou e de 5 se tornou em trinta...”

Através das narrativas de Jack podemos perceber que em muitos contextos, especialmente naqueles economicamente desprivilegiados, a fruição do patrimônio não atende aos mesmos padrões e mecanismo que vigoram nos espaços oficiais e/ou autorizados dedicado a preservação e apresentação dos bens culturais como os museus ou teatros. Em muitos casos, são os dissabores da vida cotidiana e as expectativas de mudança dessa realidade que fazem com que as relações com o patrimônio imaterial ocorram e sejam significadas; algo que também podemos perceber no depoimento de Maria Sebastiana Torres da Silva (60 anos).

Dona Sebastiana sanfoneira (Figura 12), como é mais conhecida aqui em São Raimundo Nonato, aos 7 anos de idade, em suas palavras, “se apaixonou pela sanfona” e a partir de então aprendeu a tocar o instrumento sozinha. Aos 11 anos de idade, levada por seu pai, começou a se apresentar nas festas da região de forma remunerada, contribuindo desde então com o sustento da família. Casou-se aos 15 anos e com a sanfona criou 9 filhos e 14 netos.



Figura 12: Dona Sebastiana e sua sanfona. Fonte: Acervo dos autores.

A sanfona lhe levou a se apresentar em diversos palcos do Nordeste e de outras regiões do país, sendo que em 2021 dona Sebastiana recebeu da Secretaria Estadual de Cultura do Piauí o título de “Patrimônio Vivo do Piauí”, graças a sua contribuição à valorização e divulgação das manifestações culturais do Estado. Novamente, temos um exemplo do poder transformador que outras formas de relação e significação com o patrimônio podem engendrar, como fica evidente nas palavras de dona Sebastiana que transcrevemos a seguir:

Sou uma pessoa da roça, comecei a trabalhar de 7 anos de idade e a sanfona entrou na minha vida desde os 7 anos de idade. Naquele tempo tinha o rádio de pilha, o meu pai tinha aquele rádio, pois era em 10 irmão e acordava de madrugada e cada um tinha o seu dever, seu afazer, então ele ligava aquele rádio e ouvia Luiz Gonzaga tocar. Até que um dia eu achava bonito né, quando foi um dia eu falei olha, “pai que instrumento lindo” e ele falou “minha filha o nome deste instrumento é uma sanfona e este é o rei Luiz Gonzaga”. Eu tinha 7 anos de idade... Ai eu comecei “pai quando eu crescer o senhor vai me dar uma sanfona?”, ele falou “Olha minha filha, sanfona não é serviço de mulher”, e eu falei, mas como se eu já num capino de enxada, já dessa idade não ajudo o senhor trabalha na roça? E ele falou “não mas sanfona não é serviço de mulher”. Ai eu fiquei tristonha e ele falou “olha, lá no quarto da bagunça tem uma sanfona velha que seus irmão aprenderam a tocar e foram

embora”. A sanfona tava cheia de teia de aranha, entonse eu fui lá naquela sanfona, aquela sanfona velha....a partir daquele dia eu não deixei mais o meu pai em paz. Nois ia pra roça e eu ficava do lado do meu pai, ai eu tava capinando e pedindo a sanfona e chorando...Ai quando eu tinha 10 anos de idade meu pai resolveu comprar uma sanfona pra mim, a gente não tinha condição financeira de comprar uma sanfona, ai ele chamou minha mãe no particular e ele vendeu um boi e comprou uma sanfona...Entonse quando eu tava com 11 anos de idade o meu pai arrumou uma festa de casamento no Canto do Buriti, e nestas altura eu já tinha aprendido a tocar...Quando chegou a boca da noite já tava um quilombo de terra pra ver esta Sebastiana... meu pai foi cobrar a entrada né...quando foi meia noite pro dia eu já tava arrebetada de cansada, ai me colocaram em cima de uma mesa pro povo me vê né, os bolsos do meu pai já não cabia mais dinheiro... com o dinheiro desta festa deu pra recuperar o boi e comprar mais um, eu com 11 anos de idade, nunca tinha visto tanto dinheiro...

Acreditamos que os exemplos aqui compartilhados demonstram o potencial e a validade dos inventários participativos não apenas como instrumento de identificação e registro das diferentes categorias patrimoniais; mas, sobretudo, como uma ferramenta para valorização e divulgação de narrativas e bens normalmente desconsiderados pelos “olhares e saberes autorizados” (Almeida, 2103)sobre o patrimônio.

Considerações Finais

Como ressaltado por Boaventura de Sousa Santos (2008), o desenvolvimento de uma ecologia dos saberes não é algo simples, rápido e livre de problemas e dificuldades; todavia, a promoção de uma linha de diálogo e de escuta verdadeiramente democrática e respeitosa com pessoas que estão as margens dos centros acadêmicos e/ou de poder é um passo inicial, e imprescindível, para rompermos com a monocultura do saber. Defendemos que a promoção de inventários participativos possa ser uma importante mediadora e catalisadora desse processo e buscamos demonstrar ao longo do texto como o conceito de patrimônio e/ou as categorias de bens patrimoniais pode ser expandido graças a esses inventários.

Os exemplos explorados neste texto, e especialmente o rico banco de dados gerado nos últimos anos com o desenvolvimento do inventário participativo do patrimônio cultural de São Raimundo Nonato, revela a polissemia de significados que a noção de “patrimônio” adquire quando reconhecemos o seu papel na vida cotidiana das pessoas. Como analisado por Gonçalves et. al (2013) é justamente nos percalços do dia a dia que os bens patrimoniais ganham relevância, não por seu “alto valor” estético ou histórico e sim por sua capacidade de mediar a “produção sensível de diversas formas de autoconsciência individual e coletiva” (Gonçalves et

al 2013 p.9). Deste modo, esses autores advogam que uma análise da “vida social dos patrimônios” deva necessariamente incluir “as diversas formas de recepção e usos de objetos e espaços, assim como seus efeitos sobre aqueles que os classificam na vida cotidiana” (Gonçalves et al 2013 p.9).

Isto posto, ressaltamos que as informações geradas pelo inventário participativo indicam que no município de São Raimundo Nonato a “vida social dos patrimônios”, bem como as narrativas construídas sobre eles e suas formas de fruição estão pautadas nas relações familiares e vínculos afetivos, que não apenas são a base para construção das identidades sociais, como também para a identificação e valorização dos ditos bens patrimoniais. Portanto, assim como problematizado por Cardoso (2013), observamos que ao atribuir relevância, significado e sentimento de zelo aos bens patrimoniais as pessoas partem de suas lembranças e experiências, sendo decisivo neste processo suas trajetórias familiares, afetivas, religiosas etc.

Assim defendemos que esses elementos não devam ser menosprezados ou desconsiderados tanto nos aparatos legais quanto nas ações voltadas para definição e proteção dos bens patrimoniais. Portanto acreditamos que para promovermos uma ecologia dos saberes patrimoniais é preciso identificar, divulgar e valorizar o que as pessoas reconhecem enquanto bens relevantes graças à sua ontológica e afetiva vinculação com suas memórias (individual e coletiva) e vivências.

De certo modo, o inventário participativo aqui apresentado é uma tentativa de contribuir para esse processo, visto que cremos que dar visibilidade e relevância a histórias e bens normalmente negligenciados pelos discursos oficiais contribui tanto para a melhoria da autoestima das pessoas que participaram do inventário participativo, quanto pode estimular uma reflexão crítica entre os demais setores da sociedade sobre o patrimônio de São Raimundo Nonato.

Referências

ABREU, R. M. 2007. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: ABREU, M.R. Apostila Seminários Temáticos: Arte e Cultura Popular. Rio de Janeiro: Museu Casa do Pontal, p. 54-63.

AMARAL, A. M et al. 2021. O patrimônio imaterial de São Raimundo Nonato – pi: um estudo de caso acerca da capoeira. Revista Noctua. v.1, n.6. p.133-153

AMARAL, A. M et al. 2022. Patrimônio de quem e para que: inventário participativo do patrimônio cultural de São Raimundo Nonato-PI. *Extramuros: Revista de Extensão da UNIVASF, Petrolina*, v. 10, n. 1, p. 77-94.

ALMEIDA, M. B. 2002. O Australopiteco Corcunda: as crianças e a Arqueologia em um Projeto de Arqueologia Pública na Escola. 2002. Tese (Doutorado em Arqueologia). FFLCH - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo/UPS, São Paulo.

ALMEIDA, M.B. 2013. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. *Revista de Arqueologia Pública*, n.7, p.107-122.

ASCHERSON, N. 2000. The Museum of Scotland. *Public Archaeology*. London, v.1:1, p. 82-84.

BOSI, E. 1994. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.

BRASIL, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

BRUNO, M. C. O. 1995. *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema*. São Paulo : FFLCH - USP.

CARDOSO, R. A. 2013. Arqueologia musealizada e educação patrimonial: Caminhos e desafios da transmissão do conhecimento nos museus recifenses. *Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE, Recife, Brasil*.

CARNEIRO, F.F et al. 2014. A Praxis da Ecologia de Saberes: entrevista de Boaventura de Sousa Santos. *Tempus*, v.8 n.2, p.331-338.

FRAGOSO, S et al. 2011. *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina.

FETTERMAN, D. M. 1998. *Ethnography step by step*. Londres: Sage Publication.

FREITAS, W. R. S.; JABBOUR, C. J. C. 2011. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões.

FUNARI, P. P. 2007. *Arqueologia e Patrimônio*. São Paulo: Erechim Habilis.

GEERTZ, C. 1989. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GONÇALVES, J. R. S. et al (orgs). 2013. *A alma das coisas: patrimônio, materialidade e ressonância*. Rio de Janeiro : Mauad X : Faperj.

HALBWACHS, M. 1990 *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.

HODDER, I. 1999. *The Archeological Process: an introduction*. Oxford: Blackwell Publishers.

HORTA, M. L. P. et al. 1999. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial.

IPHAN, Inventário nacional de referências culturais : manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

IPHAN. 2016. Educação Patrimonial: Inventários Participativos. Manual de Aplicação. Brasília, IPHAN.

LAPLANTINE, F. 2004. A descrição Etnográfica. São Paulo: Terceira Margem.

LIMA, H. P. 2019. Patrimônio para quem? Por uma arqueologia sensível. *Habitus*. Goiânia, v.17, n.1, p. 25-38

MATTOS, C. L. G. 2011. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, C. L. G., CASTRO, P. A. (Orgs). *Etnografia e educação: conceitos e usos*. Campina Grande: Eduepb, pp. 49-83.

SANTOS, A.R. 2002. Metodologia científica: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A.

SANTOS, B. de S. 2008. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez.

SANTOS FILHO, J. C. 2001. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: SANTOS FILHO, J. C. ; GAMBOA, S. S. (Orgs) *Pesquisa educacional: quantidade-qualidade*. São Paulo: Cortez, p.13-59.

SOARES, A. L. R (Org.). 2003. Educação patrimonial: Relatos e experiências. Santa Maria: UFSM.